



IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL¹

DENOMINAÇÃO: Palácio da Redenção

LOGRADOURO: Praça João Pessoa

BAIRRO: Centro

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: Século XVIII

TIPOLOGIA PRIMITIVA: Arquitetura Religiosa

O prédio onde se acha instalado o Palácio do Governo, juntamente com o edifício onde funcionou a Faculdade de Direito da UFPB e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, já demolida, foram construídos pelos padres da Companhia de Jesus e formavam um só conjunto arquitetônico que abrigava a residência, colégio e seminário.

Os primeiros missionários jesuítas aqui chegaram a 28 de Outubro de 1585, com a expedição de Martim Leitão, e logo cuidaram de se estabelecer, construindo uma ermida dedicada a São Gonçalo, padroeiro da Ordem, localizada ao sul do núcleo inicial da cidade, junto ao aldeamento dos índios Tabajara, sendo este o mesmo local onde se encontra o edifício em questão.

Em 1593, os jesuítas foram expulsos da capitania devido aos desentendimentos havidos entre estes e o governo da capitania e também com os franciscanos, ficando suas obras por concluir.

Encerrado o período da invasão holandesa, os jesuítas voltaram à Paraíba mediante permissão do poder régio português, datada de 1676, para que se estabelecessem na cidade. No ano de 1682, o Provincial Antônio de Oliveira procurou averiguar se havia meios para fundar aqui uma casa, a qual deu princípio com quatro irmãos, ficando sujeita ao colégio de Olinda. Instalaram-se, então, no mesmo lugar onde outrora haviam edificado a ermida de São Gonçalo, que estava então em ruínas.

Animada com os bons serviços prestados pelos jesuítas, a população solicitou ter esta casa elevada à condição de colégio, mas somente em 1730 o rei D. João V deu tal autorização, ficando os padres obrigados a ensinar a escrever e contar, e também dar aulas de latim e moral.

¹Conteúdo elaborado a partir das referências bibliográficas disponíveis no link *Acervo Patrimonial*.



Ao mesmo tempo, os jesuítas trabalharam na reconstrução de sua igreja e, em 1746, receberam licença régia para edificar ao lado desta um seminário onde pudessem abrigar filhos dos moradores de fora da cidade para que viessem estudar. Este foi construído com esmolas da população.

Quando em 1759, os jesuítas foram definitivamente expulsos de todo o território brasileiro, por não estarem em sintonia com as diretrizes políticas do rei D. José e do seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal, deixaram na Paraíba um conjunto arquitetônico constituído pela casa e colégio, seminário e a Igreja de São Gonçalo. No colégio e seminário, foram fiéis às normas da pobreza religiosa impostas pela Companhia de Jesus, que limitava a ambição de requinte e suntuosidade na arquitetura, no entanto, deram à sua igreja a monumentalidade que caracterizou a arquitetura religiosa do século XVIII.

Com a expulsão dos jesuítas, seu patrimônio foi confiscado e, em 1773, entregue ao Domínio da Coroa Portuguesa. No entanto, desde 1771, por força da Carta Régia de 19 de Abril desse ano, a sede do Governo se achava instalada no prédio que fora a residência dos padres.

Antes de aí se estabelecer, o governo não tinha sede própria. Por volta de 1775 foi cogitada a edificação de um palácio para servir de moradia aos Capitães Mores, situado na atual Praça Rio Branco, mas que não chegou a ser construído. Além disso, têm-se notícias de imóveis que foram alugados para tal fim, não se conhecendo, no entanto, a localização dos mesmos.

A antiga residência dos jesuítas sendo transformada em Palácio passou por uma série de modificações e ampliações. Segundo Dr. Humberto Nóbrega, no período entre 1858 e 1964, este prédio sofreu quatro grandes reformas, sendo duas durante o Império e duas na República. Já Vicente Gomes Jardim menciona outras alterações porque passou o edifício, citando além das duas realizadas durante o Império, aquela efetuada na administração de José Vicente de Amorim Bezerra, no ano de 1850.

Em 1858, quando foi iniciada a reforma empreendida por Beaurepaire Rohan, o prédio encontrava-se em precária situação. Estava disposto em forma de “U”, sendo alguns de seus compartimentos do andar térreo ocupados pelos Correios. Nessa ocasião foram efetuadas algumas modificações nas divisões internas do edifício, sendo construída, uma nova ala em



sua parte posterior unindo as duas alas laterais. Todavia, segundo o próprio Beaurepaire Rohan, o edifício ficou ainda a desejar outros melhoramentos.

No governo Carneiro da Cunha (1873-1876), o Palácio passou por outros serviços expressivos, não se tendo referências sobre as benfeitorias que ele recebeu; porém, as obras só foram concluídas na administração do Barão de Mamanguape (1876-1877).

A primeira grande reforma no período republicano foi aquela efetuada pelo Presidente Castro Pinto. Este justificou tal empreendimento, alegando o precário estado em que se encontrava o Palácio, o qual, além de ser desprovido de elementos estéticos de expressão, punha em risco a vida das pessoas, devido à falta absoluta de asseio. O término das obras se deu na administração seguinte, sob a responsabilidade do arquiteto Paschoal Fiorillo, tendo o prédio, que possuía características da arquitetura do período colonial, sido totalmente alterado.

Em 1929, no governo João Pessoa, o edifício novamente passou por significativas modificações, principalmente no tocante às divisões internas, adaptando-se às exigências inerentes às funções de um Palácio Governamental, sendo os serviços concluídos somente na administração Antenor Navarro, confiados ao engenheiro Giovani Gioia. Foi nessa ocasião que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi demolida para dar lugar ao jardim do Palácio, existente entre este e a Faculdade de Direito, dela restando apenas a torre que foi anexada ao segundo edifício.

Em 29 de Julho de 1931, os melhoramentos foram oficialmente entregues, tendo o prédio, a partir desta data, passado a chamar-se “Palácio da Redenção” por meio do decreto nº 143. Esta designação que perdura até os nossos dias, foi sugerida pela professora e poetisa Rita Miranda, como uma homenagem ao Presidente João Pessoa, pelo fato do movimento de 1930 ter sido considerado redentor.

Anteriormente, o Palácio já havia recebido várias denominações. Na época do Brasil Colônia era conhecido por “Casa das Secções do Governo da Capitania” ou “Casa do Governador” ou ainda “Palácio do Governador”. No Império, “Palácio da Presidência” ou “Palácio do Governo da Presidência”, e na República até 1930, “Palácio do Governo”.

Durante algum tempo, cogitou-se na mudança da sede do Governo deste prédio, com a finalidade de aí se instalar a Assembléia Legislativa. Posteriormente, com a inauguração do



Centro Administrativo Integrado, em 1974, ficou funcionando lá o Palácio dos Despachos, servindo o Palácio da Redenção apenas para a realização de solenidades.

Quando da aquisição do solar Eduardo Fernandes, pelo Presidente João Machado, o mesmo passou a nele residir, ficando o Palácio apenas destinado às atividades governamentais. Na administração Antônio Pessoa, após as obras empreendidas por Castro Pinto, este voltou a ser moradia dos governadores. No governo João Agripino, o prédio volta a ter apenas funções administrativas, pois a residência oficial foi transferida para a Granja Santana, no bairro do Miramar, onde permanece até hoje.

O Palácio da Redenção está tombado pelo IPHAEP por meio do decreto nº 8.638, de 26 de Agosto de 1980.

